

FSP  
28/4/97 3-13  
575

**MANIFESTAÇÃO** Manifestantes pedem demissão do presidente da Funai; nenhuma autoridade federal compareceu ao protesto

# Ato pela memória de pataxó reúne 1.500

## Missa vira protesto na BA

da Agência Folha, em Belo Horizonte

Cerca de 300 índios pataxós fizeram anteontem um protesto durante missa em Santa Cruz de Cabralia (700 km a sul de Salvador).

Os índios estavam pintados de preto e protestaram contra a morte do pataxó Galdino Jesus dos Santos.

A celebração foi feita em comemoração aos 497 anos da primeira missa rezada no Brasil, por frei Henrique de Coimbra, no mesmo local de Santa Cruz de Cabralia. A missa foi celebrada por d. Lucas Moreira Neves, presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e arcebispo de Salvador, que pediu que os índios fossem mais respeitados por todos os brasileiros.

Também foi realizada anteontem uma missa de sétimo dia da morte de Galdino Jesus dos Santos, na aldeia dos pataxós há-hã-hã, no município de Pau Brasil (BA), onde ele vivia.



Índio Arariboia Pataxó (com pintura de guerra) em cima do ponto de ônibus onde Galdino foi morto

WILLIAM FRANÇA  
da Sucursal de Brasília

O ato público pelo sétimo dia da morte do índio pataxó Galdino de Jesus dos Santos reuniu ontem cerca de 1.500 pessoas, a maioria vestia branco. A estimativa é da Secretaria da Segurança Pública do Distrito Federal.

O ato, que durou cinco horas, virou um palanque para os índios pedirem a demissão do presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Júlio Gaiger, reclamarem a demarcação de terras, da falta de assistência médica e até mesmo da venda da Companhia Vale do Rio Doce, além de apoio ao grupo de sem-terra presente.

Nenhuma autoridade federal compareceu ao ato público realizado no ponto de ônibus onde ele foi incendiado por cinco jovens de classe média de Brasília, no dia 20.

O momento de maior concentração foi na celebração ecumênica com as liturgias judaica, evangélica, católica, luterana e indígena, além de um minuto de silêncio e revoada de pombas brancas.

Isolado, pintado de vermelho e alheio a boa parte da manifestação, o índio Arariboia Pataxó —que se disse primo de Galdino— passou boa parte do tempo em cima de árvores ou sobre o ponto de ônibus, provocando os manifestantes. “Vocês não gostam de índio, só querem saber de dinheiro”, afirmou, chorando.

O cerimonial do governo do Dis-

trito Federal anunciou uma série de presenças ao ato, como a da novelista Glória Peres (que não compareceu) e dos ministros Sepúlveda Pertence (Supremo Tribunal Federal) e Milton Seligman (interino da Justiça).

Seligman estava no Rio acompanhando o presidente Fernando Henrique Cardoso. Pertence tinha compromisso no qual recebia uma homenagem marcada havia um mês. “A solidariedade ao índio eu prestei ao ir a seu velório.”

Quem apareceu no ato foi o cantor Falcão. Carregava um girassol na lapela e um extintor de incêndio pendurado no pescoço. “Agora, para andar em Brasília, só preparado para apagar fogo”, brincou. “Os índios precisam carregar extintor para não serem extintos.”

No ponto de ônibus onde o índio foi incendiado, na quadra 703/704 da avenida W3 Sul, houve uma série de homenagens. O banco onde Galdino dormia foi tomado por flores e rosas. No chão onde ele caiu foi desenhado com giz o corpo de um índio, cercado de velas acesas. O ponto de ônibus foi todo pintado de branco (na cidade, os demais são amarelos) e recebeu na parte de trás um grafismo, feito por ex-pichadores, pedindo a paz.

A área atrás do ponto foi batizada pelo governo como “Praça do Compromisso”. “É o nosso compromisso para que as coisas mudem”, disse o governador Cristovam Buarque (PT), justificando o nome do local.

## Acusação quer Justiça comum

da Sucursal de Brasília

A promotora Maria José de Souza Pereira, 40, será a responsável pela acusação no processo sobre a morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, caso o julgamento ocorra na Vara do Tribunal do Júri do Distrito Federal.

Ela é casada e tem dois filhos, de 18 e de 19 anos —mesma faixa etária dos acusados. “Quando os jovens têm o tempo ocupado com Deus, não sobra espaço para diversão não sadia”, disse a promotora, que é católica carismática.

Segundo ela, houve crime de homicídio doloso triplamente qualificado —considerado hediondo. Leia os principais trechos da entrevista concedida à Folha.

**Folha** - Como a senhora analisa o comportamento dos acusados?

Maria José Pereira - Para mim, houve homicídio doloso triplamente qualificado. As qualificadas são motivo torpe, que era se divertir com um ser humano em chamas, crueldade, considerando o sofrimento do índio ao ser queimado vivo, e o fato de impossibili-

tar a defesa da vítima.

**Folha** - O fato de haver um filho de juiz envolvido no processo poderá influenciar na sua acusação?

Maria José - Não é porque o processo tem um filho de juiz e um filho de ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral que mudarei de postura. Houve um crime grave.

**Folha** - A senhora acredita que esse processo levará muito tempo para ser julgado?

Maria José - É importante ressaltar que a discussão promovida pelo Ministério Público Federal para que o processo seja julgado na Justiça Federal poderá acabar servindo como defesa dos acusados, uma vez que abre espaço para atrasar seu andamento. Se o processo for mantido no Tribunal do DF, dentro de 81 dias após a data de prisão dos garotos (20 de abril) poderá haver o júri.

**Folha** - Por que a senhora defende que o processo seja julgado no Tribunal do Júri e não na Justiça Federal?

Maria José - O crime foi cometido contra a vida. Os acusados não sabiam que a vítima era um índio.

## Menor é apelidado de ‘pataxó’

da Sucursal de Brasília

O menor G.N.A.J., 16, um dos cinco jovens que confessaram ter colocado fogo no índio Galdino Jesus dos Santos, ganhou um apelido dos colegas internos do Centro de Atendimento Juvenil Especializado, onde está detido desde segunda-feira: pataxó.

Sábado, pela primeira vez, G. foi posto no pátio da ala dos menores que aguardam julgamento por seus crimes. A reação dos demais internos, segundo alguns monitores presentes, foi de curiosidade.

Além de ser loiro e ter a pele muito clara, ele destoa dos demais por ser jovem de classe média, com boas roupas e boa aparência —embora estivesse febril por causa de uma gripe adquirida com os banhos frios e com a cela úmida, que divide com mais dois garotos.

A mãe de G., Naira Almeida, chegou até a porta do centro para visitá-lo na tarde de sábado. Ao ver a imprensa, voltou para casa e pediu que o advogado do menor, Rommel Corrêa, fosse levar remédios, biscoitos e água para ele.

Pelo regimento interno do cen-

tro, os advogados só podem visitar seus clientes durante a semana —os sábados são reservados à família. A exceção, segundo uma funcionária que não quis se identificar, foi aberta porque, no entendimento da direção do centro, a família tentou ver o garoto, mas foi impedida pela imprensa.

Na saída, após uma hora e meia de conversa com G., o advogado disse que o menor estava abalado. “Ele está preocupado com a mãe, com os outros garotos (os outros quatro autores do crime) e pelo fato de ele e o irmão (também preso por atear fogo no índio) trabalharem para ajudar na renda da família”, disse Corrêa.

Segundo o advogado, o menor não está acompanhando o noticiário. Ele não soube que foi seu depoimento, descrevendo como o grupo comprou álcool combustível e ateou fogo ao índio, que levou a polícia a concluir o inquérito em cinco dias e remetê-lo à Justiça. G.N.A.J. tem audiência marcada para hoje com o juiz e o promotor da Infância e Juventude de Brasília. Ele pode ser condenado a até três anos de reclusão. (WILLIAM FRANÇA)

## ‘Qualquer 1 podia fazer isso’

BETINA BERNARDES  
da Sucursal de Brasília

Quatro acusados da morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos receberam familiares no NCB (Núcleo de Custódia de Brasília) ontem, dia de visitas aos presos.

Os amigos chegaram tentando justificar o ato. Insistem que foi brincadeira que deu errado.

As mães de Max Rogério Alves, 19, Antônio Novély Vilanova, 19, Eron Chaves de Oliveira, 19, e Tomás Oliveira Almeida, 18, foram ao presídio ver os filhos.

Um dos amigos, que se identificou apenas como Kiko, 19, levou a namorada de Max, Carla, ao local.

“O Max é calmo, uma pessoa de bom coração. Ele é incapaz de matar”, disse Kiko. “Eles já estão sofrendo muito e a imprensa fala deles como selvagens”, disse Carla.

Para Kiko, os rapazes não deveriam ser tratados como criminosos. “Eles fizeram uma brincadeira de mau gosto, que deu errado. Não queriam matar. Eles estão presos para dar exemplo porque qualquer jovem em Brasília podia ter feito isso.”

Antônia Graça Silva, mãe de Antônio, chegou às 13h45 acompanhada de cinco pessoas. Chorando, ela era amparada pela mulher de Cirillo, irmão com quem Antônio dividia um apartamento em Brasília. O casal tem um filho de 1 ano, que também foi ao presídio.

Para despistar, os parentes usaram roupas despojadas parecidas às dos familiares de outros presos, que são pobres. A mãe de um dos rapazes levou um rodo para a limpeza da cela. Os familiares levaram revistas, livros e baralhos, que não puderam deixar no presídio por estarem ligados a jogos de azar.

Segundo familiares de outros presos, os quatro rapazes foram o centro das atenções. Todos queriam saber quem eram os “barões-zinhos”. Segundo as descrições, eles e os familiares estavam cabibaxos e conversavam, mas houve momentos de descontração.

Max teria passeado abraçado com Carla e Eron teria ficado com Bianca, sua namorada. O pai de Bianca, que não quis dar o nome, disse na saída que o momento era de dor e que, se pudessem, os rapazes estariam no lugar do índio.